

RECURSO ESPECIAL Nº 1.792.922 - TO (2019/0015717-1)

RECORRENTE : MUNICÍPIO DE ITAGUATINS
ADVOGADO : JUVENAL KLAYBER COELHO E OUTRO(S) - TO000182
RECORRENTE : MARIA CARMELITA ALVES DE SOUSA DOS SANTOS
ADVOGADO : RANIERY ANTONIO RODRIGUES DE MIRANDA E
OUTRO(S) - TO004018
RECORRIDO : OS MESMOS

DECISÃO

Trata-se de recursos especiais interpostos pelo Município de Itaguatins (TO), com fundamento no artigo 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal e por Maria Carmelita Alves de Sousa dos Santos, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Os recursos têm origem nos embargos opostos pelo Município de Itaguatins à execução do termo de ajustamento de conduta (TAC) firmado entre o Ministério Público do Estado do Tocantins e o embargante, nos autos da ação civil pública ajuizada pelo *Parquet* com vistas a compelir a administração municipal a pagar salários devidos aos seus servidores.

Descumprido o acordo e frustrada a nova tentativa de conciliação ocorrida em 9/5/2013 (fl. 54), o Juiz de Direito determinou a intimação das partes credoras a fim de que, caso desejassem, ingressassem com execuções individuais contra o município para que recebessem seus créditos por meio de precatórios alimentares ou de requisições de pequenos valores.

O edital de intimação foi publicado em 6/8/2013.

Nos embargos à execução o município sustentava a ocorrência de prescrição da pretensão executória. Alegava que transcorreria mais de 2 anos e meio entre a data do trânsito em julgado da decisão que homologara o acordo, 9/9/2010, e a data do ajuizamento da execução, 6/9/2015, consideradas as disposições do Decreto n. 20.910/32 e do Decreto-Lei n. 4.597/42 (art. 3º).

Valor da causa: R\$ 2.489,78 (dois mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e setenta e oito centavos).

A sentença julgou improcedentes os embargos à execução e fixou os honorários advocatícios em 10% sobre o valor da execução (fl. 57).

O Tribunal *a quo* negou provimento à apelação do município e deu parcial provimento ao recurso de Maria Carmelita Alves de Sousa dos Santos, para majorar os honorários advocatícios, elevando-os a 20% do valor da execução:

Eis a ementa:

APELAÇÕES. EMBARGOS À EXECUÇÃO. TÍTULO

EXECUTIVO JUDICIAL. SENTENÇA COLETIVA. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA. PRESCRIÇÃO NÃO VERIFICADA. QUITAÇÃO DA DÍVIDA NÃO COMPROVADA. ÔNUS DO INSURGENTE. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. MAJORAÇÃO. POSSIBILIDADE.

1. É de cinco anos o prazo prescricional para ajuizamento de execução individual de sentença proferida em ação civil pública, nos termos do artigo 1º do Decreto nº 20.910, de 1932, contado a partir do trânsito em julgado da sentença, consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

2. Não tendo sido comprovado pelo devedor o pagamento do crédito executado, ônus que lhe competia, mantém-se a rejeição dos embargos.

3. Levando-se em conta o nível de complexidade da causa, o dispêndio de tempo e de trabalho do causídico, deve ser majorado os honorários de sucumbência fixada pelo magistrado, razão pela qual, resta a presente verba honorária fixada em 20% (vinte por cento) sobre o valor da execução, conforme a previsão do artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil.

4. Recurso do Município conhecido e improvido; recurso de Maria Carmelita Alves de Sousa conhecido e parcialmente provido para majorar os honorários sucumbenciais (fl. 165).

Nas razões do recurso especial, o município alega ofensa aos arts. 3º dos Decretos-Leis n. 4.597, 489, III, e 924, II, do Código de Processo Civil de 2015. Sustenta que ato judicial de homologação do TAC, ocorrido em 9/9/2010, constituiu evento de interrupção do prazo prescricional (5 anos). Assim, contado pela metade o prazo a partir daí, estaria prescrita a pretensão executória manifestada em 06/09/2015.

Contrarrazões às fls. 238-249, pelo desprovimento do recurso especial.

A servidora, por sua vez, alega em seu recurso especial que o acórdão recorrido violou o art. 85, § 8º do CPC/2015 ao arbitrar honorários advocatícios em valor ínfimo.

O município apresentou contrarrazões às fls. 233-249, pelo improvimento do recurso especial.

É o relatório. Decido.

O recurso do município.

Com a homologação do TAC, iniciou-se a fase de cumprimento do acordo celebrado. A não ser que o termo de ajustamento previsse o adimplemento imediato das obrigações assumidas pelo município – o que não está demonstrado e nem parece razoável acreditar que tenha sido assim –, não se podia falar em surgimento da pretensão executória e, assim, em início da contagem do prazo prescricional.

Como quer que seja, é jurisprudência pacífica (Súmula n. 150/STF) que a execução prescreve no mesmo prazo de prescrição da ação.

O acórdão e o recorrente concordam que o título executivo surgiu com o trânsito em julgado da sentença homologatória do TAC, ou seja, em

9/9/2010. Assim, o novo prazo quinquenal, agora da pretensão executiva, encerrar-se-ia em 9/9/2015. Como a execução foi proposta em 6/9/2015 não ocorreu a prescrição.

Ver, a propósito:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 1.022 DO CPC/2015. VÍCIO INEXISTENTE. REDISCUSSÃO DA CONTROVÉRSIA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Hipótese em que ficou consignado: a) consoante pacífica jurisprudência do STJ, o prazo para propositura de execução contra a Fazenda Pública, nos termos do art. 1º do Decreto 20.910/1932 e da Súmula 150 do Supremo Tribunal Federal, é de cinco anos, contados do trânsito em julgado do processo de conhecimento, momento em que o título executivo se torna líquido e certo, incidindo o princípio da *actio nata*; b) no julgamento do REsp 1.388.000/PR, representativo de controvérsia, a Primeira Seção superou as divergências sobre o tema ao definir que o prazo prescricional para a execução individual é contado do trânsito em julgado da sentença coletiva, sendo desnecessária a providência de que trata o art. 94 da Lei 8.078/1990; c) o Tribunal local asseverou: "No caso, o título executivo judicial exequendo formou-se em definitivo, com a ocorrência do trânsito em julgado, na data de 13.10.2004, conforme documentação colacionada aos autos. No entanto, a vertente ação de execução individual de sentença coletiva somente foi ajuizada em 20.03.2015, vale dizer, mais de 10 (dez) anos depois da formação do título. Como bem salientou o ilustre juiz sentenciante, 'a pretensão executória de atualização percentual da conta vinculada ao FGTS é relativa a parcelas fixas do passado que, portanto, já restam vencidas anteriormente ao quinquênio que antecede o ajuizamento da ação, não se tratando, portanto, de parcelas de trato sucessivo. Por não ser renovável, o pleito executório é atingido, pois, por completo, pela 'prescrição quinquenal já referida'"; d) rever tal entendimento implica reexame da matéria fático-probatória, o que é vedado em Recurso Especial (Súmula n. 7/STJ).

2. O STJ já decidiu que, em se tratando "de execução individual de sentença proferida em ação coletiva, o beneficiário se insere em microssistema diverso e com regras pertinentes, sendo imperiosa a observância do prazo próprio das ações coletivas, que é quinquenal, nos termos do precedente firmado no REsp. n. 1.070.896/SC, aplicando-se a Súmula n. 150/STF" (AgRg no AREsp n. 254.658/MS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 18/12/2012).

3. A Turma desproveu o apelo com fundamento claro e suficiente, inexistindo omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado.

4. Os argumentos da embargante denotam mero inconformismo e intuito de rediscutir a controvérsia, não se prestando os Aclaratórios a esse fim.

5. Embargos de Declaração rejeitados.

(EDcl no AREsp n. 1.177.654/CE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/3/2018, DJe 22/5/2018.)

Para que não se invoque a aplicação do art. 3º do Decreto-Lei n. 4.597/42, apontando-se como evento interruptivo do prazo prescricional a audiência de conciliação noticiada nos autos, é necessário ter presente a Súmula n. 383 do STF, segundo a qual a prescrição em favor da Fazenda

Pública recomeça a correr, por dois anos e meio, a partir do ato interruptivo, mas não fica reduzida aquém de cinco anos, embora o titular do direito a interrompa durante a primeira metade do prazo.

Passo ao recurso da servidora.

O entendimento deste Tribunal Superior é no sentido de que, ressalvadas as hipóteses excepcionais de valor excessivo ou irrisório, não se conhece de recurso especial cujo objetivo é rediscutir o montante da verba honorária fixada pelas instâncias de origem, ante o óbice previsto na Súmula n. 7/STJ. No presente caso, o valor arbitrado para os honorários advocatícios pela Corte de origem, no percentual máximo de 20%, embora reduzido, não pode ser considerado irrisório a ponto de representar gravame ao citado dispositivo processual, notadamente considerando-se que se trata de execução individual de título proveniente de demanda coletiva.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE OMISSÕES. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SENTENÇA PROFERIDA ANTES DA VIGÊNCIA DO CPC/2015. APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NO ART. 20 DO CPC/73. REVISÃO DO VALOR DOS HONORÁRIOS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

(...)

3. Ressalvadas as hipóteses excepcionais de valor irrisório ou excessivo, a reavaliação do critério de apreciação equitativa adotado pelo Tribunal de origem, para decidir sobre a fixação da verba honorária, não se coaduna com a natureza dos recursos excepcionais, pois exige o reexame do conjunto fático, o que é vedado pela Súmula 7/STJ.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp n. 1.657.673/PE, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 7/8/2018, DJe 14/8/2018).

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. AÇÃO COLETIVA. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS. ALEGAÇÃO DE VÍCIO NA FUNDAMENTAÇÃO. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DA PARTE NÃO ACOLHIDA. PRETENSÃO DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ.

(...)

VI - A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que a análise dos fundamentos que serviram à fixação dos honorários advocatícios encontra óbice no enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

VII - É certo que, excepcionalmente, admite-se a alteração de honorários advocatícios em sede de recurso especial quando o valor fixado revela-se de imediato, quer dizer, abstraídas as circunstâncias fáticas da demanda, exorbitante ou irrisório, de modo a indicar desrespeito ao dispositivo processual pertinente, que no caso é o artigo 20 do CPC/73.

IX - No presente caso, o valor arbitrado para os honorários advocatícios pela corte regional não pode ser considerado irrisório a ponto de representar gravame ao citado dispositivo processual.

X - Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp n. 1.690.266/PE, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, julgado em 17/5/2018, DJe 28/5/2018).

Ante o exposto, com esteio no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, não conheço dos recursos especiais.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO

Relator

